



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 222/12

Dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior, nas situações em que especifica.

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino superior ficam obrigados a devolver aos alunos que desistam do curso o valor integral da matrícula, descontada apenas a taxa de administração que não pode ser superior a 10 % (dez por cento) do valor da matrícula.

§ 1º A desistência deve ocorrer em até sete dias antes do início das aulas.

§ 2º A devolução da matrícula ocorrerá no prazo máximo de sete dias após a solicitação de reembolso.

Art. 2º Em caso de descumprimento desta Lei, o aluno que houver desistido do curso na forma preconizada no § 1º do art. 1º, tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou, acrescido de correção monetária e juros legais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 280/12

Torna obrigatório afixar em local visível aos alunos das instituições de ensino superior, informações sobre a gratuidade na emissão de diplomas e histórico escolar final na forma que menciona.

Art. 1º As Instituições de Ensino Superior, em observância ao estabelecido pelo Ministério da Educação - MEC, ficarão obrigadas a afixar em local visível aos alunos informações sobre o conteúdo do art. 32, § 4º da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, com o seguinte texto:

"A expedição do diploma e histórico escolar final considera-se incluída nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno".

Art. 2º O não cumprimento desta Lei acarretará em pena de multa de 300 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi, composta por duas grandes letras iniciais arredondadas e uma linha decorativa ondulada.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão, com traços fluidos e angulares.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão, com traços densos e repetitivos.

RELATOR

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão, com traços longos e fluidos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 566/12

Institui a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

SEÇÃO I
Da Incidência

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias – TFDER, devida pelo exercício regular do poder de polícia do DER-PR, relativo à fiscalização e ao controle do uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias sob sua responsabilidade, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e do patrimônio público, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de faixa transversal ou longitudinal ou de área para a instalação de linha ou rede de transmissão ou distribuição de energia elétrica ou de comunicação, inclusive cabo de fibra ótica ou assemelhados, de rede de adução, emissão ou distribuição de água e esgoto, redes de drenagem, de gasoduto, oleoduto, poliduto e tubulações diversas;

II - instalação nas faixas de domínio de dispositivo visual (anúncios) por qualquer meio físico, tal como painéis simples (*outdoor*), engenhos de publicidade iluminados (*backlight, frontlight*), painéis eletrônicos, placas de indicação do sentido e distância, anúncios em equipamentos auxiliares, tais como cabinas telefônicas, abrigos de parada de ônibus, passarelas, praças de pedágio, instalações operacionais, postos de pesagem, bases de apoio, postos de informações e outros;

§ 1º O fato gerador da TFDER ocorre:

I - no início do uso ou ocupação para novos empreendimentos;

II - anualmente, no dia 1º de janeiro, relativamente aos exercícios posteriores após o início do uso ou ocupação;

III - O pagamento da TFDER para empreendimentos implantados, poderá ocorrer do dia 1º de janeiro até o último dia útil do mês de março do ano corrente a que se refere.

§ 2º A receita proveniente da arrecadação da TFDER fica vinculada ao DER-PR, constituindo receita própria da Autarquia.

SEÇÃO II

Das Isenções

Art. 2º São isentos da TFDER:

I - placas de indicação de sentido e distância com o nome de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços ou produtores rurais às margens da rodovia, considerados como atividades auxiliares aos usuários da rodovia;

II - acessos a propriedades lindeiras às rodovias;

III - as placas de identificação instaladas em frente aos estabelecimentos empresariais com sede às margens das rodovias;

IV - o cultivo agrícola realizado na faixa de domínio das rodovias.

SEÇÃO III

Da Base de Cálculo

Art. 3º A TFDER tem por base de cálculo valores em Unidade Padrão Fiscal do Paraná, consoante cada situação abaixo especificada:

I - ocupação da faixa longitudinal ou transversal - no valor de 110 UPF/PR por quilômetro linear;

II - anúncios 4 UPF/PR por m² e painel eletrônico 8 UPF/PR.

SEÇÃO IV

Dos Contribuintes

Art. 4º Contribuinte da TFDER é a pessoa física ou jurídica que venha a usar ou ocupar a faixa de domínio de rodovia sob responsabilidade do DER-PR.

Parágrafo único. O contribuinte do TFDER deverá apresentar obrigatoriamente demonstrativo físico das ocupações implantadas, no prazo de até noventa dias após a publicação da presente Lei.

SEÇÃO V

Da Forma de Pagamento

Art. 5º A TFDER será recolhida mediante guia de recolhimento padrão do DER-PR, a ser disponibilizada ao contribuinte.

SEÇÃO VI

Dos Prazos de Pagamento

Art. 6º A TFDER será exigida na forma e no prazo estabelecidos em regulamento.

SEÇÃO VII

Da Fiscalização

Art. 7º A fiscalização da TFDER compete ao DER-PR.

SEÇÃO VIII

Das Penalidades

Art. 8º A falta de pagamento da TFDER ou seu pagamento a menor ou intempestivo acarretará, na forma do regulamento, na aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da taxa anual, e será atualizado pela SELIC (Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia), calculada do dia imediatamente posterior ao vencimento da dívida até o dia do efetivo pagamento, ou em havendo auto de infração, da data em que não couber mais recurso administrativo.

Parágrafo único. Sujeita-se à multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa devida quem utilizar documento relativo a recolhimento da TFDER com autenticação falsa ou mediante qualquer tipo de fraude.

SEÇÃO IX

Do Lançamento Tributário

Art. 9º O Lançamento Tributário da TFDER será de ofício, por iniciativa do DER-PR, ou por meio de autolançamento, em procedimento de iniciativa do contribuinte para a constituição do crédito tributário, nos termos do Regulamento.

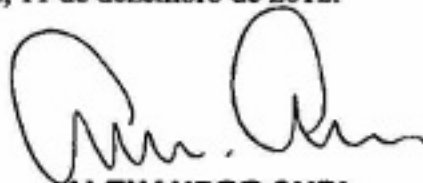
SEÇÃO X

Das Disposições Gerais

Art. 10. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de sessenta dias contados da sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 16.755, de 29 de dezembro de 2010.

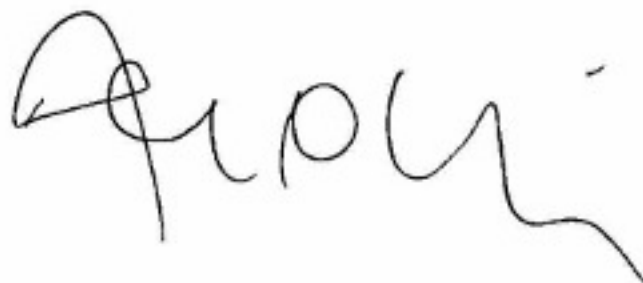
Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 570/12

Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM.

Art. 1º Fica criado, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

Art. 2º O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Estado do Paraná.

Art. 3º O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM possui as seguintes atribuições:

I – promover a política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

II – avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Estado do Paraná;

III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, por meio da elaboração do Plano Estadual, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

IV – acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do Estado, indicando à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos as prioridades, propostas e modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como para o adequado funcionamento deste Conselho;

V – acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado atuantes no atendimento às mulheres;

VI – elaborar e apresentar, anualmente, à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e ao Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando ampla divulgação ao mesmo, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;

VII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção e proteção dos direitos das mulheres;

VIII – oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinente aos interesses das mulheres, bem como se manifestar sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações nos direitos das mulheres;

IX – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;

X – articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres;

XI – analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;

XII – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres;

XIII – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XIV – incentivar a criação e o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres;

XV – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre matérias que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres, que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos – DEDIC, da

Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

XVI – aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às mulheres que pretendam integrar o Conselho;

XVII – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM e participar da elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas de Direitos das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;

XVIII – organizar as Conferências Estaduais de Políticas Públicas para as mulheres.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado do Paraná, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições.

Art. 4º O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será composto por vinte e seis membros e respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5º A representação do Poder Público será composta da seguinte forma:

I – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, preferencialmente lotados na Delegacia da Mulher, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Economia Solidária, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;

X – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Esporte, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XI – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XII – um membro titular e um membro suplente da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XIII – um membro titular e um membro suplente da Casa Civil, a serem indicados pelo titular da Pasta.

Art. 6º A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por treze representantes titulares e respectivos suplentes das entidades da sociedade civil organizada, legalmente constituídas e em funcionamento há mais de dois anos no âmbito do Estado do Paraná, obrigatoriamente ligadas à promoção e à proteção dos direitos das mulheres.

Art. 7º Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, com direito a voz, sem direito a voto:

I – um representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

II – um representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná;

III – um representante da Assembleia Legislativa do Estado do

Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

IV - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná;

V - um representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Defensor Público-Geral.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 8º A eleição dos membros representantes da sociedade civil organizada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será realizada em Assembleias durante as Conferências Estaduais da Mulher, as quais deverão ser realizadas a cada dois anos.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre as normas para habilitação e realização das eleições dos membros oriundos da sociedade civil organizada.

Art. 9º Caberá aos órgãos públicos a indicação de seus membros efetivos e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado responsável pela execução da política de atendimento à mulher.

Art. 10. O não atendimento ao disposto no artigo anterior, quando se tratar de representantes da sociedade civil organizada, implicará na substituição da representante por sua suplente mais votada na ordem de sucessão.

Art. 11. Os membros das organizações da sociedade civil e seus respectivos suplentes não poderão ser destituídos, no período do mandato, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada por 2/3 (dois terços) do Conselho.

Art. 12. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, em vigor, deverá ser alterado, no prazo de noventa dias, para se adequar à presente Lei.

Art. 14. Os membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná.

Art. 15. Os membros representantes do Poder Público poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda a quatro anos seguidos.

Art. 16. O mandato dos membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 17. O desempenho da função de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 18. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM serão tomadas pela maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 19. Todas as reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM serão sempre abertas à participação de quaisquer interessados.

Art. 20. À Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM compete:

- I - representar o Conselho junto a autoridades, órgãos e entidades;
- II - dirigir as atividades do Conselho;
- III - convocar e presidir as sessões do Conselho;
- IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

Art. 21. A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será substituída em suas faltas e impedimentos pela Vice-Presidente do Conselho, e na ausência simultânea de ambas presidirá o Conselho a sua conselheira mais antiga.

Art. 22. A Presidência do Conselho terá alternância em sua gestão, sendo um mandato presidido por uma representante do Poder Público e o outro por uma representante da sociedade civil organizada.

Art. 23. À Secretária-Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM compete:

I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;

II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;

III – manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;

IV – organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho;

V – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 24. A Presidente, a Vice-Presidente e a Secretária-Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM serão eleitas pela maioria qualificada do Conselho. As eleições gerais estarão dispostas em Regimento Interno.

Art. 25. O Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM.

Art. 26. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbindo à Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU adotar as providências para tanto.

Art. 27. O Poder Executivo do Estado do Paraná arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência das Conselheiras e seus acompanhantes não residentes em Curitiba e Região Metropolitana, quando necessário e justificadamente, para o exercício de suas funções.


Art. 28. O Poder Executivo do Estado do Paraná poderá, conforme disponibilidade orçamentária, custear as despesas das Conselheiras, representantes da sociedade civil e representantes do poder público, quando necessário e justificadamente, para tornar possível sua presença na Conferência Nacional dos Direitos da Mulher.

Parágrafo único. A previsão do *caput* deste artigo refere-se tanto às Delegadas representantes do Poder Público quanto às Delegadas representantes da sociedade civil organizada.

Art. 29. O Poder Executivo deverá arcar com as despesas de realização e divulgação das Conferências Estaduais dos Direitos da Mulher.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto Estadual nº 6.617, de 24 de outubro de 1985; os arts. 9º ao 12 do Anexo do Decreto Estadual nº 700, de 28 de abril de 1995; o Decreto Estadual nº 3.030, de 16 de abril de 1997; o Decreto Estadual nº 604, de 26 de abril de 1999; o Decreto Estadual nº 7.626, de 1º de julho de 2010; e os arts. 39 ao 46 do Anexo do Decreto Estadual nº 5.558, de 15 de agosto de 2012.

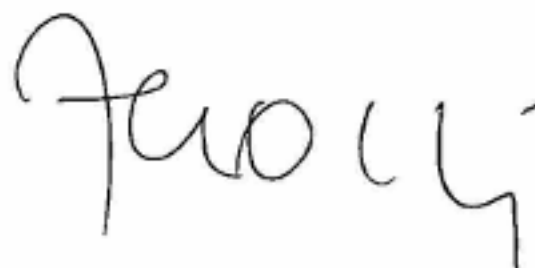
Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.
Fls. 01/8

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 24 OUT. 2011
Mac
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 835/11

Ementa: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos Ingressos

RESOLVE:

Art. 1º - Os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil no Estado do Paraná deverão realizar inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do local do evento, assim como nos respectivos Ingressos, mensagens educativas sobre o malefício das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

Art. 2º - Nos Ingressos as mensagens deverão ser impressas. Durante os eventos, deverão constar em painéis, ou, alternativamente, faixas, cartazes, meios áudio-visuais.

Art. 3º - A inobservância desta Lei sujeitará os infratores à multa de 100 UPFs Paraná

Art. 4º - Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias dos atos a que se refere o artigo 2º e incisos desta lei.

Art. 5º - Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir sua fiel execução.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor decorridos 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2011.


Evandro Junior
Deputado Estadual

14:33 24/10/2011 8007189 DP ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DE PROVA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem foco na Juventude.

Os shows culturais e esportivos voltados para a população infanto juvenil constituem excelente instrumento de divulgação para mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso, tráfico de drogas ilícitas.

Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em consequência do abuso dessas substâncias.

A sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, pois é um problema que há muito assola nossos jovens. O Artigo 205 da Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com a "colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa". Portanto, estabelecer a colaboração dos promotores de eventos destinados à população infanto juvenil neste Projeto de Lei é fazer a sociedade agir e pronunciar-se.

De outro lado, de nada adianta fixar esta obrigação em lei se nada se fará em caso de inobservância, razão pela qual este Projeto estabelece uma penalidade em caso de descumprimento da Lei. É até desmoralizante para o Parlamento aprovar uma lei sem efeitos práticos, permanecendo apenas no discurso das boas intenções.

Submeto, pois, a matéria à consideração dos meus nobres pares na confiança de que estaremos avançando mais um passo na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art.

227, colocando-os "a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão", e, no caso presente, das drogas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 835/2011

Projeto de Lei nº 835/2011

Autor: Deputado Evandro Junior

Súmula: Estabelece Mensagens Educativas sobre o uso de Drogas em Shows Culturais e Esportivo voltados para o público Infanto-Juvenil e respectivos Ingressos.

EMENTA: ESTABELECE MENSAGENS EDUCATIVAS SOBRE O USO DE DROGAS EM SHOWS CULTURAIS E ESPORTIVO VOLTADOS PARA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL E RESPECTIVOS INGRESSOS. IMPOSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Evandro Junior estabelece que mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivo voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos onde deverão ser realizadas várias inserções no decorrer dos espetáculos sobre o assunto.

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 45 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece a competência legislativa concorrente a respeito da educação, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

(grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

DEPUTADO CESAR SILVESTRI-FILHO

Relator

PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 835/2011

SÚMULA: *Estabelece mensagens educativas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.*

I – SÍNTESE

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Evandro Júnior, com o fim de determinar que os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizem inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do evento.

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Cezar Silvestri Filho, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise

gf 1. R Y

de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a inserção mensagens educativas para a população jovem, com alertas acerca dos malefícios que as drogas podem acarretar.

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Vale destacar que essa proposta soma esforços à Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo Deputado Professor Lemos, que estabelece que o Estado deverá conferir maior atenção aos Jovens, estrato de nossa população que, atualmente, encontra-se desassistida.

Não é novidade alguma que as drogas são um problema gravíssimo em nossa sociedade. Recentemente, o Governo Federal lançou um plano específico de combate ao crack, em virtude dos índices epidemiológicos que esta droga tem afetado nossos cidadãos, sobretudo os jovens, estrato social mais vulnerável.

Na esteira desses argumentos, reforçar as ações educativas de combate às drogas justamente nas camadas mais vulneráveis é algo de extrema importância, merecendo aprovação.


Portanto, para além de adequado constitucionalmente, o presente projeto colabora na atenção de nossos jovens, futuro de nosso Estado e País.

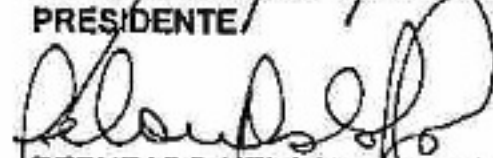
[Handwritten signatures and initials]

III - CONCLUSÃO


Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.

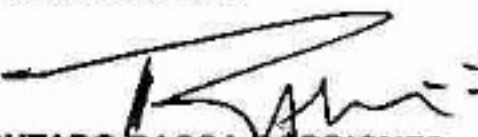
Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
PRESIDENTE

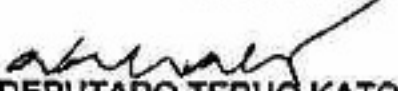

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADO CARLO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 835/2011

O Projeto de Lei n.º 835/2011, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior tem o intuito de determinar que os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil realizem inserções no decorrer dos espetáculos com mensagens educativas sobre o uso de drogas.

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Cultura, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do Art. 42, parágrafo único, do Regimento Interno Desta.

ANÁLISE DO MÉRITO

O projeto em questão visa utilizar os eventos onde há presença maciça do público jovem para divulgação de mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso de psicotrópicos.

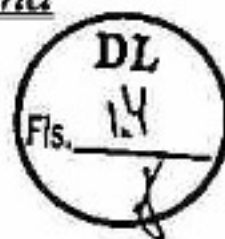
É responsabilidade de toda sociedade lutar contra o uso de drogas, uma vez que é um problema que está destruindo muitas famílias paranaenses e que tem se tomado cada vez mais urgentes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de março de 2012.

Deputado Ney Leprevost

Presidente

Deputado Ney Leprevost

Relator

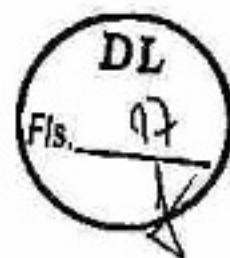
J. Leprevost

R. Panhama

R. Panhama



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 835/2011

SÚMULA :Projeto de Lei nº835/2011
Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei tem como finalidade estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos, voltado para público infanto-juvenil e onde deverão ser realizadas várias inserções no decorrer do evento.

FUNDAMENTAÇÃO

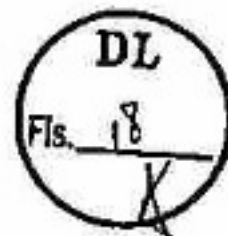
Inicialmente convém ressaltar que a iniciativa proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça, e a Comissão de Cultura, que após as suas análises constitucionais e regimentais exararão parecer favorável à matéria em questão.

No que compete à vistoria desta Comissão de Saúde, observamos que a matéria encontra-se justificada, a sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, e este projeto torna-se mais um instrumento de divulgação contra o uso e o tráfico de drogas ilícitas.

Como enfatiza o projeto, segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em conseqüências do abuso destas substâncias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde



CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2011

DEPUTADO DR BATISTA
PRESIDENTE

DEPUTADO NELSON LUERSEN
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI 835/2011

Projeto de Lei nº.: 835/2011

Autores: Deputados Evandro Junior

Súmula: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

EMENTA: ANÁLISE DE MÉRITO POR PARTE DA COMISSÃO DA JUVENTUDE. PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, CULTURA, ESPORTES E SAÚDE PÚBLICA. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, apresentado pelo Deputado Evandro Junior visa estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos Ingressos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Juventude, em consonância ao disposto no artigo 33-Y do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito do projeto apresentado e aqui analisado. Vejamos:

Art. 33-Y. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:
I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para a juventude;
II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados à juventude; e
III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

DO MÉRITO

É sabido que o consumo de drogas por crianças e jovens brasileiros em geral tem aumentado substancialmente nos últimos anos, apesar dos inúmeros esforços do Poder Público em geral.



A justificativa do presente traz a informação estereotípica que a Organização das Nações Unidas - ONU divulgou: anualmente cerca de 210 mil pessoas fazem uso de alguma droga ilícita anualmente, levando a óbito 200 mil em decorrência do consumo excessivo dessas mesmas drogas.

Ora, é necessário e urgente que o Poder Público se esforce cada vez mais para, senão cessar, que ao menos diminua o índice de jovens entregues às drogas.


Com base em dados tão alarmantes como os apresentados acima, todos os esforços por parte do Poder Público deverão ser elaborados, objetivando que mais jovens não se tomem reféns das drogas e traficantes consequentemente.


Portanto, por ser meritório e de imensurável relevância social, opina-se pela aprovação do presente projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei

Sala das Comissões, 18 de Junho de 2012


EVANDRO JUNIOR
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 835/11

Emenda do Plenário nº	01
DAP	22 AGO 2012
Visto	

Súmula: Obriga a inserção de mensagens educativas sobre uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil e nos locais dos eventos.

RESOLVE:

Art. 1º - Os promotores de shows e de entretenimentos culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil no Estado do Paraná deverão fazer constar nos ingressos e nos locais da realização do evento mensagens educativas sobre os malefícios das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

Parágrafo único. As mensagens constantes no caput deverão estar expostas, durante a realização dos eventos, em painéis, faixas, cartazes ou meios áudio-visuais, bem como ser impressas nos respectivos ingressos.

Art. 2º - As mensagens descritas no art. 1º desta Lei, constantes no local da realização do evento, deverão ser afixadas em locais de fácil visibilidade obedecendo às seguintes determinações:

- I - os cartazes deverão ter dimensões mínimas de 40 cm [quarenta centímetros] de comprimento por 30 cm [trinta centímetros] de largura;
- II - os recintos com área superior a 50 m² [cinquenta metros quadrados] deverão conter os avisos na proporção de 1 (um) para cada 50 m² [cinquenta metros quadrados];

Art. 3º - Nos locais do evento bem como seus respectivos ingressos deverá conter uma mensagem educativa juntamente com a penalidade aplicada aos traficantes e usuários de drogas, ficando o critério dos responsáveis pelo entretenimento a sua criação.

Art. 4º - A inobservância desta lei sujeitará os infratores à multa de 35% [trinta e cinco por cento] do valor arrecadado com a venda dos ingressos. Quando de eventos gratuitos, a cada 1.000 [um mil]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

DL
Fls. 25
SLP


participantes deverá ser aplicada multa de 100 UPFs/PR (Unidade Fiscal do Estado do Paraná).


Art. 5º - Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias do descumprimento desta Lei.


Art. 6º - Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei para seu fiel cumprimento.


Art. 7º - Esta Lei entra em vigor decorridos 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2012.


Evandro Junior
Deputado Estadual


Adonir Vagner
Adonir Bizar


NEY LEVEVO


Gilson Silva



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



JUSTIFICATIVA

Os shows culturais e esportivos voltados para a população infanto juvenil constituem excelente instrumento de divulgação para mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso e tráfico de drogas ilícitas.

Segundo a ONU - Organização das Nações Unidas - todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em consequência do abuso dessas substâncias.

A sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, consoante dispõe o art. 205 da Constituição Federal:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

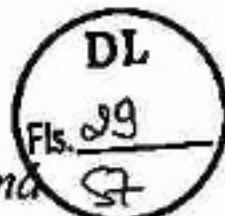
Portanto, incentivar a colaboração dos promotores de eventos destinados à população infantojuvenil é fazer a sociedade agir e pronunciar-se.

Ainda, fica estabelecida penalidade em caso de inobservância da Lei, a fim de torná-la efetiva e prática.

Submete-se, pois, a matéria à consideração dos nobres pares na confiança de que haverá um avanço na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art. 227, colocando-as a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 835/11

Projeto de Lei nº 835/11

Autor da emenda: Deputado Evandro Junior

Súmula: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 835/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Evandro Junior objetiva estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Cesar Silvestri Filho.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria Deputado Evandro Junior. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 31
57

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apolada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

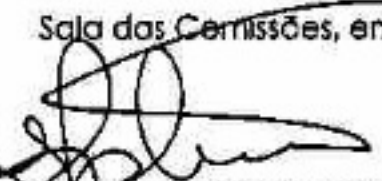
DL
Fls. 32
57

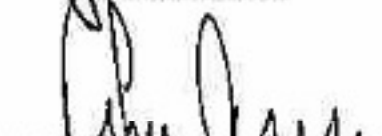
Por fim, quanto à técnica legislativa, Inexistem óbices
ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.


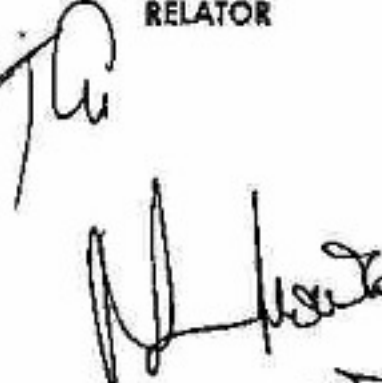

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da
presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Evandro
Junior, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de
técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR




APROVADO
unanimemente 18/09.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 835/2011



Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº.: 835/2011

Autores: Deputado Evandro Junior

Súmula: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. ANÁLISE DE MÉRITO POR PARTE DA COMISSÃO DA JUVENTUDE. PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, CULTURA, ESPORTES E SAÚDE PÚBLICA. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, apresentado pelo Deputado Evandro Junior, o qual recebeu emenda substitutiva geral em plenário, visa estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Gabinete 702 - 7º andar
Centro Cívico - Curitiba - Paraná



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Juventude, em consonância ao disposto no artigo 33-Y do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito do projeto apresentado, no presente caso, o conteúdo da emenda substitutiva geral apresentada ao Projeto ora em análise. Vejamos:

Art. 33-Y. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que

se refere à elaboração e execução de políticas públicas para a juventude.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas

destinados à juventude; e

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

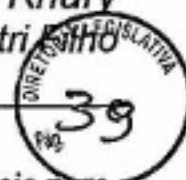
DO MÉRITO

É sabido que o consumo de drogas por crianças e jovens brasileiros em geral tem aumentado substancialmente nos últimos anos, apesar dos inúmeros esforços do Poder Público em geral.

A justificativa do presente traz a informação estarrecedora que a Organização das Nações Unidas - ONU divulgou: anualmente cerca de 210 mil pessoas fazem uso de alguma droga ilícita anualmente, levando a óbito 200 mil em decorrência do consumo excessivo dessas mesmas drogas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



Ora, é necessário e urgente que o Poder Público se esforce cada vez mais para, senão cessar, que ao menos diminua o índice de jovens entregues às drogas.

Com base em dados tão alarmantes como os apresentados acima, todos os esforços por parte do Poder Público deverão ser elaborados, objetivando que mais jovens não se tornem reféns das drogas e traficantes consequentemente.

Portanto, por ser meritório e de imensurável relevância social, opina-se pela aprovação do presente projeto, com base na emenda substitutiva geral apresentada em Plenário.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, conforme emenda substitutiva geral apresentada em Plenário.



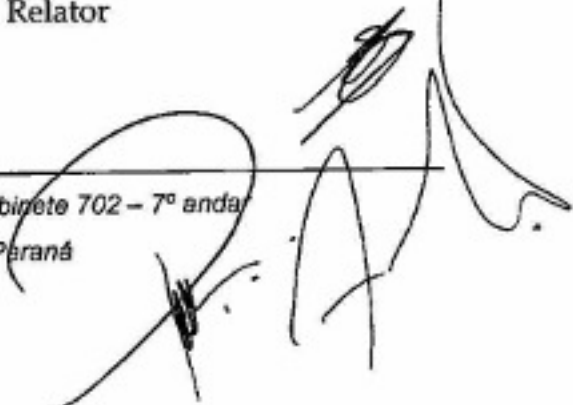
Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012


PEDRO LUPION

Presidente em exercício


CESAR SILVESTRI FILHO

Relator




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Gabinete 702 - 7º andar
Centro Cívico - Curitiba - Paraná

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º ¹⁵⁴ /2012

Súmula: Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Art. 1.º Fica autorizada a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo único desta Lei, nos Municípios correspondentes, no Estado do Paraná.

Art. 2.º As construções das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo único desta Lei estão sujeitas ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 29 de março de 2012
OF CEE/G 076/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 ABR. 2012

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – À D.L. para providências.

Em, 23/03/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza a construção, no Estado do Paraná, das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

MENSAGEM N.º 12/12

Curitiba, 29 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza a construção, no Estado do Paraná, das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

Inicialmente, salienta-se que o presente Anteprojeto de Lei busca dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.

Ainda, cumpre informar que as Pequenas Centrais Hidrelétricas, que se pretende dar autorização para construção, estão devidamente licenciadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

thph/Protocolo n.º 07.948.570-5



GOVERNO DO PARANÁ

PCH'S PARA EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

EMPREENHIMENTO	BACIA	POTÊNCIA	MUNICÍPIOS	EMPREENDEDORES	PROTOCOLO	LICENÇA
PCH das Almas	Ribeira	6,4	Doutor Ulysses e Cerro Azul	RDR Energia Ltda	7.245.098-1	29.065
PCH Ribeirão Bonito	Ribeira	6,1	Doutor Ulysses e Cerro Azul	RDR Energia Ltda	7.245.360-3	29.063
PCH Cachoeira Brava	Ribeira	4	Cerro Azul e Dr. Ulysses	RDR Energia Ltda	5.230.444-0	29.064
PCH Cantu 1	Piquiri	15	Nova Cantu, Laranjal e Allamira do Paraná	BRENNAND energia	7.779.495-6	29.066
PCH Cantu 3	Piquiri	7	Mato Rico e Palmital	BRENNAND energia	7.779.496-4	29.068

D. L.
Fls. 05
JF



GOVERNO DO PARANÁ

PCH Cantu 2	Cantu	Piquiri	18	Nova Cantu, Laranjal, Palmital e Roncador	Plena Energia	5.229.116-0	29.067
CGH Enxadrista	Das Pedras	Paraná	1	Guarapuava	ENERGÉTICA RIO DAS PEDRAS LTDA	7.867.123-8	29.062
CGH São Francisco de Sales	São Francisco	Paraná	1	Clevelândia	Usina Hidrelétrica São Francisco de Sales Ltda	7.906.141-7	29.061
PCH Confluência	Marrecas	Ivaí	19,5	Prudentópolis e Turvo	Confluência Energia	7.373.447-9	29.240
PCH'S PARA EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO							
PCH Rio Bandeirantes do Norte	Bandeirantes do Norte	Pirapó	4,2	Santa Fé	Santa Fé Energética Ltda	7.702.519-7	13.479



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 154/12

Projeto de Lei nº 154/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 12/12

Súmula: Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

EMENTA: AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHS. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Concedido vista.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro

Em 23/03/12
Tadeu Inácio Gonçalves
Dandu
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Entende-se por Pequena Central Hidrelétrica **PCH** - **Pequena Central Hidrelétrica** - toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km² (300 ha), nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

b. PCH - Pequena Central Hidrelétrica - é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km² (300 ha), ou assim definidas pela ANEEL, conforme Resolução nº 652 de 09 de dezembro de 2003. (grifo nosso)

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Pequena Central Hidrelétrica - PCH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA - CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH, com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI

a) Cadastro de Obras Diversas - COD;

b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;

c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;

d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais - RDPA;

e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;

f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;

g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente; (grifos nossos)

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/2012

Projeto de Lei nº 154/2012 – Mensagem nº 12/12
Autor: Poder Executivo

Súmula: Autoriza a construção das pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 154/2012, de autoria do Poder Executivo autoriza a construção de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs, em municípios no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 154/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, a qual observa a necessidade de um projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa para a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas. Este projeto traz ainda os protocolos de licenciamento solicitados ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), vindo de encontro à necessidade e ao interesse da população, já que desta forma consegue-se dar subsídio em infraestrutura para as comunidades locais, com um tipo de energia mais barata e menos agressiva ao meio ambiente do que em casos como a utilização de petróleo ou carvão.

Cumpra a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal projeto apresentado. O **Projeto de Lei 154/12** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos no que se refere ao seu mérito para seguir sua tramitação.

DL
Fls. 22
X

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevamos o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum. *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"* (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

O presente projeto de lei visa dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição Estadual, uma relação dos poderes do Estado em benefício único e exclusivo da população.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais já analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta trará grandes benefícios aos moradores das localidades citadas, não encontrando óbices em seu mérito.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 154/2012**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Sala das Comissões em 14 de Maio de 2012

MARCELO RANGEL
Presidente da Comissão

Adelino Ribeiro
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
17ª Legislatura – 1ª e 2ª Sessões Legislativas

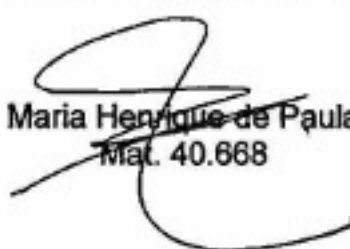


Diretoria Legislativa

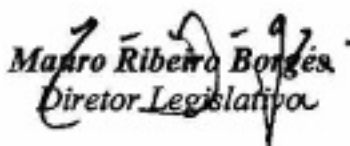
Senhor Diretor,

Informo que o Projeto de Lei nº 154/2012, de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem nº 012/2012, recebeu pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça – CCJ, Comissões de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, e encontra-se em condições de prosseguir na sua tramitação.

Diretoria Legislativa, em 22 de maio de 2012.


Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

1. Ciente;
2. Encaminhe-se à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente - CEMA.


Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Parecer ao Projeto de Lei nº 154/2012.

Súmula: Projeto de Lei nº 154/2012 –
Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs.

Trata-se de Projeto de Lei que autoriza a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, beneficiando comunidades locais com o fornecimento de energia.

Ressalta-se que o referido Projeto de lei já recebeu pareceres favoráveis tanto da Comissão de Constituição e Justiça, quanto da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, conforme documentos anexados ao processo.

Verifica-se, ainda, que o Projeto de Lei em tela tem por objetivo a concessão de autorização para a construção de 10 (dez) PCHs, sendo que 9 (nove) delas encontram-se com Licença Prévia junto ao IAP e uma já se encontra com a Licença de Instalação.

No que tange a competência regimental desta Comissão, para a elaboração de um parecer adequado e consistente, é necessário que, antes, seja avaliado o real impacto ambiental referente às PCHs, visto que não pode ser verificado e constatado de pronto. Para tanto, é indispensável a remessa do presente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, para o fornecimento de documentos e resposta à algumas questões, ambos listados abaixo, bem como outras considerações que entender serem necessárias.

Documentos:

1. Apresentação de estudo e avaliação estratégica da bacia hidrográfica de cada rio aprovado pelo IAP;
2. Cópia dos convênios com os municípios sobre as áreas afetadas;
3. Apresentar Registro na ANEEL de cada Projeto Básico desenvolvido;

Levantamentos:

1. Qual a situação atual da análise do Plano Básico por parte da Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH da ANEEL?

7

Ch

[assinatura]



2. Quais foram os dados levantados para elaboração dos estudos básicos de cada PCH? Houve interação com a ANEEL, paralelamente à elaboração do EIA/RIMA, em relação aos itens abaixo?

- 2.1 - Estudo energético de cada PCH;
- 2.2 - Estudos ambientais;
- 2.3 - Negociação com os proprietários onde serão Instaladas as PCHs;
- 2.4 - Estudos de interligação;
- 2.5 - Detalhamento do projeto;

3. Qual o potencial de cada PCH proposta?

4. Quais são as PCHs cuja geração de energia é para consumo próprio ou para venda ao sistema energético brasileiro?

☐ 4. Com o orçamento apresentado fica provado, em cada investimento, a viabilidade sócio-ambiental?

5. Quais os Termos de Referência Ambiental definida para cada uma das PCHs?

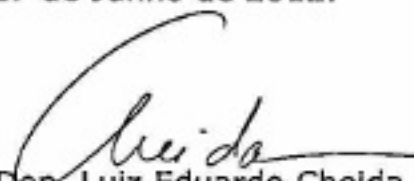
6. Em que data foi solicitada a Licença Prévia ao IAP e qual a de sua emissão, para cada empreendimento?


7. Há demandas judiciais, especialmente ações civis públicas em curso ou procedimento investigatório pelo Ministério Público, contra a construção de alguma PCH relacionada no anexo do Projeto de Lei?

Atendidas as diligências, retorne-se para a emissão dos pareceres desta Comissão,

☐ Cordialmente

Sala das comissões, 27 de Junho de 2012.


Dep. Luiz Eduardo Cheida
Relator


Dep. Rasca Rodrigues
Presidente em exercício






Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

36



PARECER

Projeto de Lei nº 154/2012

Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre a
autorização para a Construção de
Pequenas Centrais Hidrelétricas -
PCH'S.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo do Estado do Paraná, dispõe sobre a autorização para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH'S, nos Municípios que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, há que se ressaltar a competência da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em consonância ao disposto no artigo 33 - K, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos seguintes termos:

Art.33- K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas pretendam dispor sobre a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



37
A

conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

Pois bem, o Projeto em análise prevê a autorização para construção de 10 (dez) Pequenas Centrais Hidrelétricas que implicam em alteração do curso natural dos rios do Paraná, além de causar o impacto da flora e da fauna locais.

Em que pese, a necessidade da geração energia para o desenvolvimento econômico, premente são as condições de preservação e proteção do meio ambiente, especialmente da água, recurso escasso em todo o planeta.

Cumprir dizer que a Constituição da República do Brasil, cuidou das questões do Meio Ambiente, em capítulo próprio, nos seguintes termos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

7



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

○ IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

○ VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



39
H

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

○ § 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Da mesma forma, a Constituição do Paraná também se ateve ao tema:

○ **Art. 207.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

I - estabelecer, com a colaboração de representantes de entidades ecológicas, de trabalhadores, de empresários e das universidades, a política estadual do meio ambiente e instituir o sistema respectivo constituído pelos órgãos do Estado, dos Municípios e do Ministério Público;



20

II - atribuir, ao órgão responsável pela coordenação do sistema, a execução e fiscalização da política e a gerência do fundo estadual do meio ambiente;

III - determinar que o fundo estadual do meio ambiente receba, além dos recursos orçamentários próprios, o produto das multas por infrações às normas ambientais;

IV - instituir as áreas a serem abrangidas por zoneamento ecológico, prevendo as formas de utilização dos recursos naturais e a destinação de áreas de preservação ambiental e de proteção de ecossistemas essenciais;

V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade; (grifo nosso)

VI - exigir a análise de risco para o desenvolvimento de pesquisas, difusão e implantação de tecnologia potencialmente perigosa;

VII - determinar àquele que explorar recursos minerais a obrigação de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente;

VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;

IX - informar à população sobre os níveis de poluição e situações de risco e desequilíbrio ecológico;

k



X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos;

XII - promover o controle, especialmente preventivo, das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo;

XIII - autorizar a exploração dos remanescentes de florestas nativas do Estado somente através de técnicas de manejo, excetuadas as áreas de preservação permanente;

XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevendo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;

XVI - monitorar atividades utilizadoras de tecnologia nuclear em quaisquer de suas formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XVII - estabelecer aos que, de qualquer forma utilizem economicamente matéria-prima florestal, a obrigatoriedade, direta ou indireta, de sua reposição;



22

XVIII - incentivar as atividades privadas de conservação ambiental;

XIX - declarar, como área de preservação permanente, o remanescente das matas ciliares dos mananciais de bacias hidrográficas que abastecem os centros urbanos.

§ 2º. As condutas e atividades poluidoras ou consideradas lesivas ao meio ambiente, na forma da lei, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas:

I - a obrigação de, além de outras sanções cabíveis, reparar os danos causados;

II - a medidas definidas em relação aos resíduos por elas produzidos;

III - a cumprir diretrizes estabelecidas por órgão competente.

§ 3º. As empresas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras, ou atividades que provoquem outras formas de degradação ao meio ambiente de impacto significativo, deverão por ocasião do registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, bem como, quando da criação de novas filiais ou novos empreendimentos, apresentar a licença ambiental emitida pelo órgão competente. (grifo nosso)
(Incluído pela Emenda Constitucional 12 de 10/12/2001)

§ 4º. A lei disporá especificamente sobre a reposição das matas ciliares.
(Renumerado pela Emenda Constitucional 12 de 10/12/2001)

§ 5º. É vedado o fornecimento de "habite-se", por parte dos Municípios:
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)

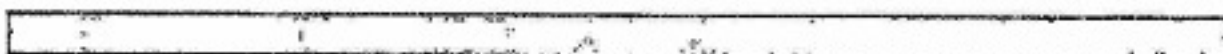


I - sem a comprovação de existência de fossa séptica para os imóveis não assistidos por rede coletora de esgoto;
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)

II - sem a certificação da responsável pela rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários domésticos, da ligação direta na rede coletora, quando esta existir.
(Incluído pela Emenda Constitucional 18 de 08/11/2006)

Art. 208. São indisponíveis as terras devolutas ou as arrecadadas pelo Estado, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Desta feita, o projeto de lei carece de informações exigidas pela Constituição Federal e pela Constituição do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, desta Assembleia Legislativa, através do Parecer de fls. 15/19, destes autos de protocolo 1981/12- DAP, citou a Resolução Conjunta SEMA/IAP Nº 09/2010, que assevera quais os requisitos para a instalação de PCH'S. Vejamos as exigências da Resolução, contida 9º:



- a) Cadastro de Obras Diversas – COD;
- b) Registro do empreendimento, emitido pela ANEEL, no caso de CGH;
- c) Despacho da ANEEL aprovando os Estudos de Inventário Hidrelétrico no caso de PCH;
- d) Despacho da ANEEL contendo o aceite ou autorização do Projeto Básico para análise, no caso de PCH;
- e) Relatório Ambiental Simplificado – RAS;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de outorga prévia dos recursos hídricos ao órgão competente.

Entretanto, a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, não se ateve no cerne das exigências da **Licença Prévia**, que é o passo inicial e crucial para o processo de licenciamento.

Note-se que a CCJ ateve-se ao segundo passo, que seria a **licença de instalação**, esquecendo-se das exigências para o **licenciamento prévio**, que estão na Resolução nº 009/2010 da SEMA/IAP. Vejamos:

- a) Requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA;
- b) Memorial Descritivo do Empreendimento;



205

c) Anuência Prévia do Município em relação ao empreendimento, declarando

expressamente a inexistência de óbices quanto à lei de uso e ocupação do solo e a legislação de proteção do meio ambiente municipal, conforme modelo disposto na

Resolução CEMA nº 065/2008;

d) Prova de publicação de súmula do pedido de Licença Prévia em jornal de circulação

regional e no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

e) Comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental de acordo com as Tabela I (procedimentos administrativos) e Tabela III (análise técnica dos estudos) da Lei Estadual nº 10.233/92;

f) Apresentação de cópia da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados.

Dadas todas essas referências de legislação citadas, a Comissão de Meio Ambiente, solicitou em 04 de julho de 2012, informações à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, através dos autos de protocolo 11.514.519-3, para melhor instruir o Parecer da Comissão, contendo o seguinte:

2



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



1 - Apresentação de estudo e avaliação estratégica da bacia hidrográfica de cada rio, aprovado pelo IAP? Quando se deu o início dos estudos?

2 - Cópia dos convênios, com as respectivas anuências, dos municípios, sobre as áreas afetadas;

3 - Qual o potencial de cada PCH proposta? Qual a avaliação da viabilidade?

4 - Quais são as PCHs cuja geração de energia é para consumo próprio ou para venda ao sistema energético brasileiro?

5 - Qual o orçamento estimado de cada PCH? Após a apresentação do orçamento, ficou provado, a viabilidade econômica, ambiental e social de cada empreendimento?

6 - Apresentar Registro na ANEEL de cada projeto básico desenvolvido;

7 - Quais foram os dados levantados para elaboração dos estudos básicos de cada PCH? Houve interação com a ANEEL, paralelamente a elaboração do EIA/RIMA, em relação aos seguintes itens?

7.1 - Estudo energético de cada PCH;

7.2 - Estudos ambientais;

7.3 - Negociação com os proprietários onde serão instaladas as PCHs;

7.4 - Estudos de interligação;

7.5 - Detalhamento do projeto;

8 - Quais os Termos de Referência Ambiental definida para cada uma das PCHs?



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



9 - Fornecimento de cópia dos estudos dos impactos ambientais e das audiências públicas realizadas em cada um dos municípios impactados;

10 - Em que data foi solicitada a Licença Prévia ao IAP e qual a da emissão da mesma, para cada empreendimento?

11 - Se há demandas judiciais, especialmente ações civis públicas em curso ou procedimento investigatório pelo Ministério Público, contra a construção de alguma PCH relacionada no anexo do projeto de lei?

As informações de autoria da Chefia de Gabinete do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, foram enviadas pela SEMA, com data de 09 de novembro passado ao Deputado Rasca Rodrigues.

Este relator tomou conhecimento das respostas por intermédio de e-mail enviado pela SEMA somente no dia 20/11/2012.

Após análise das respostas, constatou-se que estas não são esclarecedoras, inespecíficas, imprecisas e contraditórias, além de que, sugerem a esta Casa de Leis que em caso de dúvida, acesse determinados sites, tais como, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, ANEEL e Ministério Público.

A afirmativa de que as respostas enviadas pela SEMA **não são esclarecedoras**, ao ponto de meramente sugerir consulta a sites.

As respostas **não específicas**, visto que CEMA, pontuou as questões que necessitava para exarar Parecer e não foi entregue que nenhum documento oficial e comprobatório



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente



instruiu o Projeto de Lei, além de que não como há como aferir sua autenticidade.


As respostas da SEMA/IAP **são contraditórias**, como por exemplo, a CEMA questionou a viabilidade sócio-ambiental de cada empreendimento, a informação diz "a questão não diz respeito ao IAP e sim à ANEEL não sendo fator determinante ao licenciamento. Todavia, quando perguntado sobre quais os termos de referência ambiental para cada PCH, a informação da SEMA/IAP, diz "todas as questões de natureza sócio-ambiental foram avaliadas nos dados e estudos apresentados".

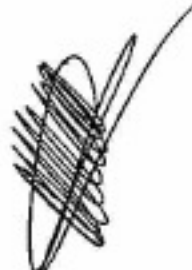



Assim sendo, por absoluta desobediência as Constituições do Brasil e do Paraná, das legislações infra constitucionais, por falta de documentação comprobatória que assegurem a proteção ambiental, este Relator é **contrário** à autorização para a construção da PCH'S, até que se demonstre o cumprimento das exigências das leis e normas ambientais.

Cumprir dizer que, além da responsabilidade da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente com a proteção ambiental e com a população do Paraná, há entendimentos jurídicos, sentenças e doutrina, imputando aos parlamentares responsabilidade civil por ato do Poder Legislativo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 2012


DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 012/12 que objetiva autorizar a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, nos municípios que especifica, no âmbito do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente **parecer favorável**. Ato Continuo a matéria foi encaminhada à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e após sua análise emitiu o devido **parecer favorável**. Já a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente por meio de seu relator Deputado Luiz Eduardo Cheida exarou o devido **parecer contrário**.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, constatamos que o Poder Executivo detém a competência para iniciar propostas dessa natureza.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 65, ressalta que o Poder Executivo detém a competência para propor tal Projeto de Lei. Já o art. 209 do mesmo Diploma Legal determina que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas depende da aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Vale ressaltar que, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário, tendo em vista que não será aplicado dinheiro público na construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 27/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Hübner



Emenda de Plenário nº 01

DAP 10 DEZ. 2012

Visto Cláudio

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 154

Atendendo ao disposto no art. 137 do regimento interno desta Casa, o deputado que a presente subscreve propõe que o projeto de lei 154/2012, oriundo do Poder Executivo, passe a contar com o seguinte artigo:

Art 2º -

Parágrafo 1º - Ficam obrigados os empreendedores a iniciarem as obras até vinte e quatro meses do recebimento da Licença de Instalação (LI) dos empreendimentos, devidamente licenciados pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Após esta data, caso não as iniciem, ficam canceladas automaticamente as respectivas licenças.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2012.

Assinaturas manuscritas:
Douglas Fabricio
Atelino Ribeiro
FASCA
FASCA Rodrigues
Nelson Luesen

Deputado FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 154/2012

Projeto de Lei nº 154/12

Autor do Projeto: Poder Executivo

Autor da emenda: Deputado Fernando Scanavaca.

Súmula: Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

EMENTA: OBJETIVA ACRESCENTAR PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI Nº 154/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO COM SUBEMENDA CORRETIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa autorizar a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda modificativa, de autoria Deputado Fernando Scanavaca. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

Ademais, a referida emenda, ao determinar um prazo para início da obra, vem somente regulamentar o **artigo 10º, § único**, bem como o **§ único do art. 9º da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/2010**, que **dispõe** sobre a informação do início da obra, verbis:

Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA – CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH, com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

Parágrafo Único - O empreendedor deverá apresentar ao órgão ambiental, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a emissão da LI ou da RLI, o cronograma físico financeiro da obra, elaborado a partir concessão da Licença de Instalação, com destaque para a data de início das obras;

Art. 10º Empreendimentos caracterizados como **PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH**, com potência instalada **acima de 10 MW**, e como **USINA HIDRELÉTRICA DE ENERGIA – UHE**, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

Parágrafo Único - O empreendedor deverá apresentar ao órgão ambiental, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a emissão da LI ou da RLI, o cronograma físico financeiro da obra, elaborado a partir concessão da Licença de Instalação, com destaque para a data de início das obras;

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, a emenda merece reparo, devendo ser RETIFICADO a nominação de parágrafo 1º para parágrafo único.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa de Plenário proposta pelo Deputado Fernando Scanavaca, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **SUBEMENDA CORRETIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2012.


NELSON JUSTUS
Presidente da CCJ


PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

Gondim 12.12.12
unânime.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Gondim
REGIME DE URGÊNCIA
12.12.12.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**SUBEMENDA A EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1 REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº
154/12/2012**

De acordo com o que determina o artigo 29 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica alterada a denominação de "parágrafo 1º" para "Parágrafo Único".

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR

